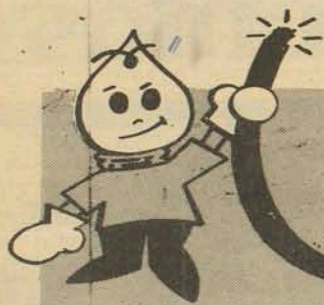




Limpar

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 175 10/04/92

A Eletrosul sob suspeita

Senado quer saber de contrato de US\$ 300 milhões sem licitação

O Senado Federal aprovou quarta-feira, dia 8, um Requerimento de Informações ao Ministério da Infra-estrutura relativo aos contratos da Eletrosul com o Consórcio responsável pelas obras das usinas Jorge Lacerda IV (SC) e Jacuí I (RS). O documento foi proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que denunciou, entre outras irregularidades, que os contratos que somam US\$ 300 milhões foram fechados sem licitação. Suplicy adicionou aos anais do Senado um discurso onde analisa os contratos.

As irregularidades apontadas pelo senador, todas embasadas em documentos da própria Eletrosul, referem-se a diferença de preços praticados pelo consórcio com relação ao mercado. A Eletrosul, analisando os contratos, conforme documento DAQ 2166/91, diz que "contata-se uma 'mark up' (sobrepreço) que varia de 30 a 70% para todos os materiais e equipamentos deste fornecimento". Estão envolvidas empresas como Villares, Cobrasma, Coemsa, Co-

sinor, Fem, PBH, Ivai e Tenenge.

Suplicy quer saber porque a Eletrosul efetuou deliberadamente pagamentos sem contrapartida da entrega. Outro ponto que provoca a curiosidade do parlamentar é o fato da reunião da diretoria da Eletrosul que tratou dos contratos (29/07/91) não contou com a presença do diretor Administrativo, já que esta é a diretoria responsável pelo gerenciamento dos contratos. Suplicy também não entendeu a plena concordância, expressa em ata, dos diretores de Construção e Financeiro com os motivos apresentados pelo Consórcio para aumentar preços e agilizar pagamentos.

Os contratos foram descumpridos pelas empreiteiras, e a Eletrosul sabia disso. O mesmo documento DAQ-2166/91, de 18/11/91, faz um diagnóstico da situação dos contratos e aponta descumprimento de cláusulas de financiamentos e do Termo de Entendimentos, além da prática de preços muito superiores aos do mercado. O ministério da Infra-estrutura também vai ter que esclarecer que procedimentos a Eletrosul



adotou sobre isso.

Outro ponto intrigante levantado pelos próprios relatórios da Eletrosul é a relação com a empresa Cobrasma, que na época da elaboração do relatório estava concordatária "com necessidade de obter recursos de qualquer maneira para saldar 40% de seus débitos até abril de 1992", conforme o documento. Abril de 92 é justamente o prazo no qual a Eletrobrás pretende equacionar a dívida com as empreiteiras.

O senador diz que o pedido de informações se deve ao fato de que em breve a Eletrobrás deve fechar o renegociação de sua dívida com as empreiteiras, movimentando cerca de US\$ 580 milhões. "Precisamos saber exatamente de onde veio todo este débito e a sua composição. Há fortes indícios de desvios nos contratos firmados entre a Eletrosul e o Consórcio de grandes empresas, os quais fazem parte desta dívida", explica Suplicy.



Suplicy vasculha contas da Eletrobrás

Manobra joga dinheiro da Eletrosul em empresa privada

Fundação ELOS compra ações da SADE com dinheiro repassado pela Eletrosul para capitalizar empresa de um amigo da Ex-ministra Zélia

Maio de 1992. Nelson Tanure, amigo da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, comprara a empresa Sul América de Engenharia - SADE, que estava que estava descapitalizada. Zélia usa seu poder para pressionar fundos de pensão a comprar ações da SADE. A Fundação ELOS nega-se a comprar ações por estar com problemas de liquidez. A Eletrosul, então libera US\$ 106 mil para que a ELOS adquira as ações. Negócio

fechado.

Esta é a manobra que foi denunciada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na imprensa de todo o país. Segundo ele, a negociata é parte do "esquema PP" coordenado pelo ex-secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni, que pressionava fundos de pensão a comprarem ações de determinadas empresas.

O jornal O Estado de São Paulo disse dia oito que "o inusitado de uma estatal prestar ajuda a uma empresa privada é agravado pelo elevado endividamento da Eletrosul. Além das dívidas com a holding Eletrobrás e com a Itaipu Binacional, de quem ela compra energia elétrica, a Eletrosul deve US\$ 108 milhões para empreiteiras e fornecedores, desde o governo Sarney.

As evidências de que a ELOS fez um mau negócio comprando as ações não são poucas. A mais grave delas é o fato de as ações da SADE terem valorizado apenas 20% nos últimos dez

meses, enquanto a média das demais ações chega a 1.554%.

Contra todas as evidências, a direção da Eletrosul tenta negar qualquer envolvimento com a transação. Em nota oficial, tanto a ELOS quanto a Eletrosul argumentam que justamente no mês em que ocorreu o negócio (maio de 91) a fundação teria recebido pouco dinheiro da Eletrosul. Isso no entanto, não consegue explicar a aplicação danosa à fundação. Mauro Passos, presidente do Sinergia conta que procurou um diretor da ELOS para saber do assunto. O diretor Financeiro, Teotônio Barreto de Queiroz, afirmou que a compra das ações foi determinada pelo presidente da empresa, Amílcar Gazaniga. mas o mesmo diretor teria dito na hora: "se tu disseres que afirmei isso, eu nego". "Agora fica a minha palavra contra a dele", lamenta Mauro.

PAUTA ENTREGUE

Intersindical lança campanha extraordinária na Celesc

Foi entregue no dia 8 de abril, à Presidência da Celesc a pauta de reivindicações da Campanha Salarial Extraordinária de Abril. A pauta é resultado das assembleias e reuniões por local de trabalho, realizadas em todo Estado

Os 4 itens básicos de reivindicação são:

1 - correção salarial pela variação acumulada do INPC, para todas as faixas salariais, em abril, aplicada sobre os salários de outubro de 1991. 2 - reajuste mensal de salários, a partir de

deliberada de sucateamento da empresa. Faltam investimentos no sistema elétrico. O corpo funcional está sendo levado à inutilidade pela contratação de serviços. Esta política será o suporte do discurso da necessidade da privatização e do enxugamento de pessoal.

Segundo João Paulo de Souza, diretor do Sinergia, tudo isto está acontecendo por falta de reação da categoria. Só com mobilização pode-se garantir o cumprimento do acordo e o atendimento das reivindicações. "A diretoria da Celesc não sofre qualquer pressão e por isso pode levar a sua política às últimas consequências".

João Paulo diz também que a categoria foi provocada pelo Sr. Petry, quando este disse que o Presidente não dava aumento salarial por questões políticas. Ou seja não havia problema de caixa, o problema era político.

O corpo funcional está sendo levado à inutilidade pela contratação de serviços. Esta política será suporte para o discurso da privatização e do enxugamento. Concorrências estão sendo lançadas diariamente para contratação de serviços

"A categoria aceitou e a Celesc aprovou o arrocho salarial", diz João Paulo.

A Intersindical está alertando a categoria sobre as políticas adotadas pela direção da Celesc. Uma delas é a política de privatização dos serviços essenciais, que estão sendo entregues às empreiteiras e às empresas de prestação de serviços. A Intersindical acredita que até os serviços de digitação de processamento de dados passarão a ser contratados de terceiros. Concorrências estão sendo lançadas diariamente para contratação dos serviços de "Corte e Religação", "Manutenção de Emergência", "Manutenção Programada", "Projetos", dentre outros.

Outra política desastrosa é a política de recursos humanos. A adoção pura e simples da Lei salarial em vigor (Lei nº8222/91), que prevê reajustes salariais para as faixas de até 03 salários mínimos, está nivelando todos por baixo. Faltamente, na data base, as perdas serão superiores a 600%.

Além disso, nota-se uma política

INQUÉRITO

Depoimentos confirmam ameaças

Foi realizada na última terça-feira, na Procuradoria Geral do Trabalho, mais uma audiência do processo público que investiga coações contra empregados praticada pela Eletrosul. A audiência - que iniciou às 13 horas e acabou depois das 22 horas - ouviu as testemunhas dos dois lados.

Antes dos depoimentos começaram os advogados da Eletrosul fizeram duas intervenções. Na primeira pediram que as testemunhas do Sinergia fossem ouvidas na condição de vítimas, caso tivessem sido coagidas. O advogado do sindicato, Nilo Kaway Jr., saudou o procedimento dos representantes da Eletrosul por "já estarem avançando e reconhecerem que existem vítimas neste processo". A segunda intervenção foi contra o trabalho da imprensa que fotografaria a sessão. Os advogados da Eletrosul disseram que se sentiam "coagidos" pela presença do fotógrafo.

As primeiras testemunhas a depor foram quatro dos 10 empregados arrolados pelo Sinergia. Sidnei Lima, Jorge Quint e Adalberto Schneider - todos com mais de 10 anos de empresa - foram demitidos em março passado. Os três tinham reclamações contra a empresa que não retiraram apesar da pressão de serem demitidos. Para dois deles, o próprio chefe do DSE, Paulo Macedo, afirmou que os motivos das demissões eram as reclamações. O terceiro contou também as pressões que sofreu e lembrou que temia ser



demitido acima de tudo porque o próprio presidente da empresa, Amílcar Gazaniga, afirmara em dezembro, numa reunião com empregados, que os que tinham ação na Justiça seriam demitidos.

A quarta testemunha foi o dentista da empresa Raul Marques, que foi "convidado" a desistir de duas reclamações sob pena de ser demitido. Raul assinou demissão incentivada dia 13 de janeiro. Mas acabou sendo demitido sem justa causa e sem nenhum incentivo.

Quando ele assinou o incentivo, em janeiro, o chefe do DRH, Luis Carlos Pacheco, "avisou" que o jurídico não lhe daria a incentivada por causa das reclamações. Tempos depois, enquanto aguardava a incentivada, o empregado falou com o Diretor Administrativo, Ilário Passin, que o "aconselhou" a tirar as reclamações, receber o incentivo e depois reingressar na Justiça contra a empresa. Raul não aceitou, "porque achei jogo sujo".

Logo depois numa audiência, o advogado da empresa, Felisberto

Wilmar Cardoso, propôs que se Raul retirasse as ações, a incentivada seria dada. Finalmente, no dia 3 de abril - depois de já ter sido demitido - Raul ao conversar com Pacheco ficou sabendo por este que Gazaniga havia dito que "enquanto tivermos indivíduos desta espécie dentro da empresa vamos esperar o fim da garantia de emprego e botá-los na rua".

CONFUSÃO - A maioria dos testemunhos apresentados pela Eletrosul foram de engenheiros, alguns com cargos de gerência e com reclamações trabalhistas retiradas nos últimos três meses. Mas as contradições dos depoimentos não param por aí.

O engenheiro Udo Harry Kirst, por exemplo, contou que movia ação de salário complessivo contra a Eletrosul (pagamento da 7ª e 8ª hora de trabalho) mas que desistiu porque teria ouvido boatos de que em "outras empresas" aqueles que tinham ações trabalhistas entrariam nas listas de demissões.

Marcos Sureck, engenheiro che-

fe do Departamento de Planejamento e Expansão, falou muito. Começou contando que há quatro anos havia acionado a Eletrosul com uma ação de periculosidade. Mais tarde lembrou que tinha outra de horário complessivo. Contou que desistiu das duas há dois meses. Se apressou a dizer que seu caso não era por medo de demissão e que não conhecia ninguém neste caso. Ele entende que o número de empregados na Eletrosul "é excessivo", e disse que não sabia que critérios foram usados para demitir porque no seu departamento ninguém foi demitido por justa causa. Também afirmou não saber o que o presidente Gazaniga disse ou pensa sobre as demissões.

Sureck contou que soube da existência de uma lista de demitidos por "conversas nos corredores". Foi interpelado pelo advogado do Sinergia se havia participado de algum grupo de trabalho para discutir o tema das demissões. Ele negou. Mas a medida em que as perguntas foram feitas ele foi lembrando que participou do Comitê de Planejamento Empresarial e depois assentiu que o comitê "discutia aspectos amplos e as demissões estavam dentro do contexto". Quando lhe foi perguntado se no comitê não discutiram como deveriam ser as demissões Sureck pediu um tempo para colocar os pensamentos em ordem. Af lembrou que "se discutiu no comitê formas de minimizar os reflexos, os impactos destas demissões,

enfim de que acontecessem o mais rápido e menos desgastante possível". Ele entende que a garantia de emprego fez o processo demorar demais. Ele é contra a garantia de emprego, "por princípios". Ao final do depoimento Kaway perguntou se o depoente sabia que era crime mentir em juízo e ele afirmou que sabia.

Também depuseram Ademir Lourenço da Cunha que é engenheiro chefe da Divisão de Contratação e Serviços e que há três meses desistiu de uma ação trabalhista de salários complessivo, iniciada em 87, porque "a ação é complicada, não tem prazo para ser julgada", o engenheiro Silvio Rosa de Souza que retirou a ação complessiva porque o "clima dentro da empresa era de demissão" e, visto que, em outras empresas, aqueles que tinham ações eram demitidos; Rodolfo Meyer, que também desistiu da ação por causa "do clima de incerteza dentro da empresa".

Outro chefe, Rubens Felipe, 2º tesoureiro do Sindicato dos Engenheiros, que promove ação contra o Sinergia, também depôs. Ele contou que participou da execução da lista de demissões, cujos critérios teriam sido "o desempenho e justiça social". Só não soube informar quando havia sido feita a última avaliação de desempenho na empresa. Contou também que aconselhou vários empregados, que não estavam nas listas de demissões, pedirem a demissão incentivada.

TRIBUNA Livre

Saneamento já

Fernando Barros
Presidente do Sindicato Trabalhadores em Águas e Esgoto SC

O Sintae está propondo uma campanha de SANEAMENTO JÁ, porque é preciso uma Política de Emergência contra a epidemia do cólera. Santa Catarina é, dentre todos estados das regiões sul e sudeste, o mais vulnerável, por causa da sua infra-estrutura de saneamento básico. Somente 6,6% dos catarinenses são atendidos por uma rede de esgotos sanitários.

A situação se agrava com a inexistência de um programa adequado de saneamento rural. Segundo dados da Secretaria da Agricultura mais de 80% das fontes de águas das propriedades rurais do Estado estão contaminadas com coliformes fecais.

De outro lado, ao longo de nosso extenso litoral, as condições de balneabilidade tem sido prejudicadas pela ausência de saneamento básico. Isto é bastante preocupante tendo em vista a grande capacidade de sobrevivência do vibrião em ambiente marinho. Mesmo o abastecimento de água ainda não atinge considerável parcela da população catarinenses - (cerca de 30%).

Dentro deste contexto, os trabalhadores em saneamento, não podem permanecer apáticos, pois são a linha de frente da nossa sociedade no enfrentamento ao cólera. O que estamos propondo é a mobilização de toda sociedade através da conscientização e da pressão sobre as autoridades responsáveis para a implementação de uma política de emergência.

A base dessa política é a Comissão Municipal de Saneamento, constituída pelo poder municipal, pela concessionária dos serviços de água e esgoto e pela sociedade em geral, através dos sindicatos, associações, universidades, etc.

O objetivo principal da Comissão é definir obras e programas inadiáveis e essenciais para proteger a comunidade, isto é, um plano mínimo de emergência contra o cólera. A Comissão também cabe a tarefa de organizar a mobilização popular por Saneamento Já, pela liberação imediata e sem intermediários, por parte dos governos federal e estaduais, dos recursos do FGTS e do orçamento geral. Dado central dessa política é a luta contra a corrupção e, em particular, contra a privatização das empresas em saneamento. Atualmente, as prefeituras só obtêm empréstimos com a mediação de empreiteiras, em troca da aprovação de seus projetos e da vitória em licitações irregulares.

No âmbito estadual, ocorre algo semelhante na chamada "privatização" dos serviços: os amigos e correligionários dos governantes criam empresas com o objetivo precípuo de abocanhar bens e dinheiro públicos, em troca de serviços de qualidade duvidosa, que, nos tempos do cólera, podem significar riscos adicionais à saúde pública.

E qual a relação entre saneamento e cólera? Não seria útil investir-se em clínicas e hospitais para atendimento e cura dos doentes? Embora seja de suma importância um bom atendimento médico, a solução definitiva é dotar as comunidades de saneamento básico: água de boa qualidade, em quantidade suficiente afim de eliminar o racionamento e o rodízio (que causam, entre outros problemas a queda da qualidade da água, provocada pelas redes secas, principalmente nas regiões metropolitanas), coleta e tratamento de esgoto.

O avanço do cólera comprova o fracasso das políticas governamentais e do gerenciamento autoritário que sempre esteve à testa na maior parte de nossas empresas de saneamento. Cabe aos trabalhadores, portanto, exigir que, diante do cólera, os interesses das empreiteiras e de seus representantes se curve diante dos interesses gerais da sociedade.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

ALTA TENSÃO



DEBATE ANALISA O LINHA VIVA

Acontece na quarta-feira, no Sinergia, um seminário para debater uma reforma estrutural no semanário Linha Viva. Em vista disto e por causa do feriadão da Páscoa o jornal não será editado na semana que vem.

CONTRIBUIÇÃO SERÁ DEVOLVIDA

Conforme decisão em assembleia o terceiro dia de

desconto da contribuição confederativa será devolvido aos sócios do Sinergia. A devolução será realizada tão logo a relação dos sócios e suas respectivas contas correntes estejam em posse do sindicato.

CELESC EMPOSSA REPRESENTANTE

Foram empossados na reunião do Conselho Deliberativo do Sinergia no dia 6 de abril, os novos representantes sindicais do Sinergia na Celesc. Os empossados foram Sérgio Luiz Trainot-

ti(CeFa); Aldecir Luiz de Santi(Agência); Sebastião Aurélio Marcos(Despacho); Cesário Felício Elias(central) e João Carlos Garcia(Tijucas).

CASCAES GANHA MAIS UMA VEZ

A Justiça do Trabalho deu mais uma vez ganho de causa ao empregado José Cascaes Dias que move ação contra a Eletrosul. Desta vez foi no final de março quando determinou à empresa que além da reintegração seja pago ao empregado os salários e vantagens contratuais do período de afastamento do mesmo.

do de afastamento do mesmo.

PLANO BRESSER PARA TODOS

O TST julgou procedente a ação movida pelo Sinergia para que os funcionários da Eletrosul recuperassem a inflação de junho de 1987 - que foi de 26,06% - subtraídos pelo Plano Bresser. A decisão foi conhecida no dia 6 de abril e segundo o TST foi determinada a "compensação" da antecipação de 10%, que foi consignada no acordo coletivo da época.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares semanalmente. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustrações: Frank Mula. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC, CEP 88015. Fone (0482) 22-3866; telefax: (0482) 23-5596; telex 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

AMÉRICA LATINA

Centrais Sindicais do cone-sul resistem ao neo-liberalismo

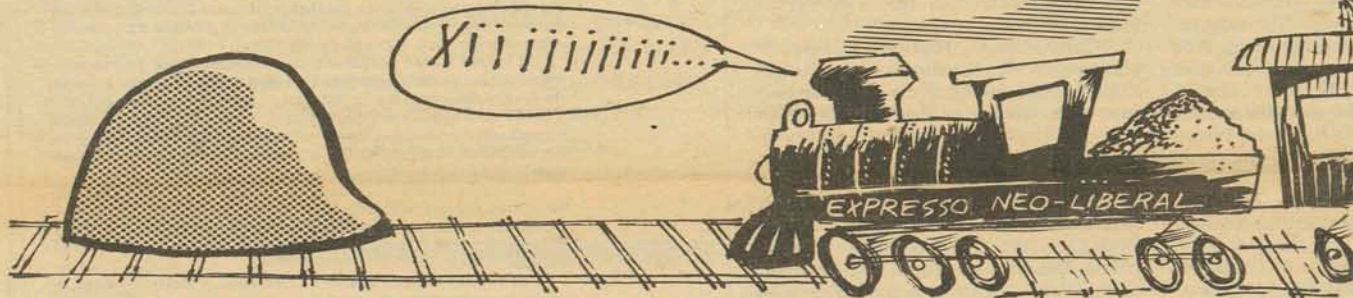
Baseado no boletim InformaCUT

Em março estiveram reunidos em São Paulo dirigentes de oito centrais sindicais de seis países do Cone Sul. Esta foi mais uma reunião da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCCSCS). Nela foram debatidos dois assuntos: 1 - Como é que os governos e empresários estão agindo em relação à convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação aos direitos sindicais (negociação coletiva, direito de greve e organização sindical) e 2 - O enfrentamento que cada organização com o plano neo-liberal que está se instalando na América Latina.

Além da CUT e CGT, representando o Brasil, estiveram na reunião a Coordenadora, centrais sindicais da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Existe muita diferença entre os movimentos sindicais em cada um des-

tes países, mas uma das primeiras conclusões de todos foi que só com trocas de experiências e união de forças será possível criar uma "cultura internacionalista" para responder a desafios como do Mercosul e neo-liberalismo. Como ponto de partida prático desta integração o primeiro ato será o envio de membros de cada uma das executivas das centrais ligadas à Coordenadora para as manifestações de 1º de Maio que serão realizadas nos seis países.

Um dos assuntos discutidos foi das consequências do surgimento do Mercosul. Segundo os trabalhadores hoje a integração é exclusivamente entre empresários e governo. E, portanto, não está sendo levado em conta os direitos sociais do trabalhador. A Coordenadora quer chegar a uma "Carta Social do Mercosul" elaborada com a ativa participação dos trabalhadores nas instâncias de decisão.



Tradição do sindicalismo impõe respeito no Uruguai

O momento sindical em cada um destes seis países é muito diverso. Em lugares como Argentina e Paraguai o movimento sindical enfrenta muitas dificuldades. Em outros como Uruguai a atividade sindical é forte.

Leopoldo Letto, da Confederação Geral dos Trabalhadores da Argentina, diz que o movimento sindical no seu país está, como toda sociedade argentina, "em franca involução. Cabe-nos perfeitamente o termo 'nostálgico'. Estamos retrocedendo. Isto não marca propriamente uma crise no sindicalismo, mas há um plano que visa seu controle e debilitamento."

Segundo Letto, desde 1953, uma lei trabalhista, quase considerada perfeita, permitiu, quando aplicada decentemente, avanços e conquistas sociais importantes, fundamentalmente no que se refere a negociação coletiva. Atualmente porém, um decreto limita seriamente a legislação trabalhista. Além disso "não se pode falar de salário. Só de aumento da produtividade. Os empresários, incitados pelo próprio Poder Executivo, se opõem à reposição salarial a pretexto de que qualquer aumento dos salários pode gerar inflação. Temos categorias que há mais de um ano estão sem receber nenhum aumento, quando os preços aumentaram pelo menos 15%".

Já na Bolívia, com a implantação de um novo plano econômico, o governo passou um decreto sobre a "livre contratação" que põs os direitos sindicais em perigo. Noel Orozco, da Central Obrera Boliviana, diz que com isto "os empresá-

rios ganharam uma arma que lhes permite demitir todos trabalhadores comprometidos com a luta sindical. Mas há uma resistência coletiva a isto".

No Chile a luta também é contra a legislação trabalhista da época da ditadura e que é sustentada pelos senadores nomeados (biônicos) do tempo de Pinochet. Eles impedem qualquer tentativa de avanço. Jorge Millán, da Central Unitária dos Trabalhadores, diz que os empresários também lutam contra uma mudança na legislação trabalhista pois "viveram muito bem durante a ditadura e agora andam tristes, com saudades do passado, quando ganharam muito dinheiro. Eles pressionam o Parlamento para que as reformas trabalhistas marquem passo." Millán diz que o movimento sindical cumpriu sua parte na primeira etapa do governo da transição democrática. "Mas agora a estratégia deve mudar porque os resultados estão longe da expectativa".

Também herdeiro de uma longa e feroz ditadura o movimento sindical no Paraguai luta muito. Um exemplo é o direito de greve que está limitado por várias regulamentações. A deflagração de uma greve deve ser avisada previamente, deve haver fiscalização do governo na assembleia, e a empresa deve saber da data com seis dias de antecedência. "É lógico que nestes seis dias os dirigentes sindicais serão demitidos", explica Raul Marin, da Central Unitária dos Trabalhadores.

Segundo ele, "mesmo que os trabalhadores

respeitem a legislação o Ministério do Trabalho acaba decretando a ilegalidade da greve. Desde a criação da CUT, há seis anos, tivemos 120 greves; 119 foram declaradas ilegais, a outra foi considerada legal por razões políticas: o dono da empresa era de um partido diferente daquele do governo". Marin conta que é muito difícil buscar a conscientização e unidade dos trabalhadores no Paraguai. "A maioria teme se organizar. Durante a ditadura Stroessner reprimiam os trabalhadores com violência. Hoje pode-se formar sindicatos, mas a repressão continua e atinge os trabalhadores".

Já a tradição de um movimento sindical forte impõem respeito no Uruguai. Hugo de Mello, do Plenário Intersindical dos Trabalhadores/Convenção Nacional dos Trabalhadores explica que "do ponto de vista formal existe uma longa tradição no Uruguai de respeito aos direitos trabalhistas. Não porque existam leis, mas porque o movimento sindical tem um nível de organização, uma estrutura unitária e sindicatos relativamente fortes que conseguiram conquistas antes e também durante a ditadura".

No Uruguai, por exemplo, não existe regulamentação do direito de greve. "O governo tenta, há bastante tempo, fazer uma regulamentação, limitada do nosso ponto de vista, mas até agora não teve condições políticas para impor sua vontade ao Parlamento".

Resistência é mais forte na Bolívia

É na Bolívia que o modelo neo-liberal está encontrando seus mais fortes oponentes, no Cone Sul. Há 10 anos, o governo editou um projeto considerado a base do avanço do neo-liberalismo no país. Os trabalhadores saíram à rua para anulá-lo. Segundo Noel Orozco, "esta ofensiva dura 10 anos. O projeto não é apenas econômico, mas político e ideológico. Digo ofensiva porque pretendem culminar o plano modificando mecanismos jurídicos, transferindo capitais do setor público para o privado, via descentralização e a seguir privatização".

O movimento sindical boliviano tem sustentado lutas prolongadas, especialmente no setor dos mineiros. Primeiro foi contra o fechamento da mineração estatal. Depois para evitar que se demitisse milhares de trabalhadores mineiros, fabris e do setor de serviços. Devido à tradição do país, este plano foi contido graças à confrontação. Mas surgem novos embates agora por causa do memorando do FMI e Banco Mundial, que, via redução de gastos fiscais, provocará milhares de demissões e forte redução dos salários.

Paralelo a isto o governo está realizando um programa de venda de estatais às transnacionais e aos bancos privados. Orozco conta que modificaram a lei para poder fazer isto. "Opusemos uma tenaz resistência e, no caso da Corporación Minera da Bolívia, quando as empresas estrangeiras tentaram comprá-la, nós não deixamos que elas entrassem nos centros mineiros. Fizemos uma greve de fome nacional, que obrigou o governo a recuar. Eles diziam que podiam conversar de tudo, menos sobre privatização. No final, tiveram que sentar e discutir isto também. Acrescentamos à negociação uma pauta única de todos os trabalhadores, que introduz problemas fundamentais, como a penetração estrangeira, que afeta a soberania, a dignidade, a livre determinação de nossos povos".

No Uruguai a política do governo implementa as medidas neo-liberais que estão em curso em todo continente, mas em condições diferentes das de outros países. Hugo de Mello explica que o governo "não cumpriu os acordos que tinha com o FMI. Só agora é que estão propondo um ajuste bem mais profundo da política econômica. O movimento sindical busca uma forma de resposta. Naturalmente será o enfrentamento, com a ação dos sindicatos, as lutas e também a ação parlamentar."

As privatizações no Uruguai não são ainda significativas, mas algumas empresas importantes, como a indústria do cobre estão ameaçadas. "O movimento sindical não responde apenas com a denúncia, a mobilização, a luta, mas coloca a necessidade de fazer, a curto prazo, um plebiscito sobre a lei que habilitou o Executivo a privatizar. Esta é uma das lutas mais importantes do movimento operário, e não só dele, mas também de outras organizações sociais e políticas. Se conseguirmos o plebiscito, será uma coisa tremenda não só para o Uruguai, como também poderá repercutir em todo resto do continente".

No Chile as privatizações foram feitas por Pinochet, e hoje não sobrou mais nada para passar às mãos privadas. "A não ser, sei lá, os regimentos, as Forças Armadas", brinca Jorge Millán. Portanto não houve debate nacional, nenhuma participação popular neste processo e o resultado é que "podemos dizer que isto não resolveu os problemas dos trabalhadores e nem do Chile. As estatísticas demonstram que 5 milhões de chilenos vivem na pobreza".

Na Argentina a luta recém está começando. Segundo Leopoldo Letto "não existe oposição ao plano neo-liberal. As alternativas políticas que se apresentam não contestam o plano, mas, no máximo, algum método. No campo sindical tratamos de oferecer a maior resistência possível pois o neo-liberalismo volta-se contra o trabalhador. Sabemos que a filosofia da livre empresa se fundamenta em um dos piores vícios do ser humano que é o egoísmo. E não é casual que nós, trabalhadores, tenhamos que enfrentar esta situação. Mas a correlação de forças até o momento é desfavorável. Devemos reconhecer que estamos num período de resistência".